Municipal; Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Ata da primeira reunião ordinária do décimo primeiro período de reuniões da Câmara Municipal de Lauras, da sessão legislativa de mil, novecentos e noventa e oito.

Aos três dias do mês de novembro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luis Nakami - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Jair Costa - 2º Tesoureiro, João Batista de Resende, Edson Alves de Moreu, Nilson Teodoro de Carva-

sa, Evandro Castanheira Lacerda, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Flávio Mateus da Silva, Camilo Martins André e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão, a ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: convite para o IV Encontro de Radiamadores de Minas Gerais; cumprimentos do Diretor-Presidente do Clube de Radiamadores de Minas Gerais e comunicando a outorga do Diploma de Honra ao Mérito "Romulo de Moura" à Câmara Municipal de Fairas; informação do Presidente da Eletrobrás; informação do gerente da agência dos Correios de Fairas; convite para a inauguração do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na sede da UEMG/Fairas; Of. 148/98, do Secretário Municipal, enviando balancetes orçamentários e financeiros referentes ao mês de setembro/98, comparando a receita e a despesa; agradecimentos do diretor da MDA, convite para a ordenação do Padre Geraldo Antônio Soares; Ofícios nº 1370/98, 1371/98; 1393/98 ao 1395/98; 1408/98 ao 1416/98; 1433/98 ao 1461/98, do Prefeito Municipal, prestando informações. Nenhum projeto deu entrada na Casa. Além dos representantes da imprensa falada e escrita, assistiam à reunião diversos representantes da Associação Comunitária Católica Getsêmani, que aguardavam pela votação do Projeto de Lei nº 023/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Desapropriação imóvel público situado neste Município na esquina da Avenida JK com a rua Joaquim Caetano, com área de 412 m² e dá outras providências" e o Presidente o colocou em discussão. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o projeto foi aprovado à unanimidade. Os membros da Associação aplaudiram a decisão da Câmara e o Presidente convidou para

eles que a Câmara aguardaria a remessa do projeto para poder apreciar o Projeto de doação, o de nº 024/98. Em seguida, também foi posto em discussão, para a primeira votação, o Projeto de Lei nº 028/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Descaracteriza a destinação de bem público imóvel e dá outras providências". O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o projeto foi aprovado à unanimidade. Continuaram tramitando pela Mesa o Projeto de Lei nº 026/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Extingue a contribuição do Município de Ouvras para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público"; e o Projeto de Lei nº 037/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Dispõe sobre os atos de limpeza pública e dá outras providências". Passaram pelas Comissões Permanentes e foram determinados para a ordem do dia da próxima reunião para primeira discussão e votação, o Projeto de Lei nº 024/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a doar à Associação Comunitária Católica Getsêmani imóvel que menciona e dá outras providências" e o Projeto de Lei nº 029/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a doar ao Clube de Radioamadores de Minas Gerais, imóvel que menciona e dá outras providências". Em seguida, o Presidente convidou o assessor jurídico da Prefeitura, Dr. Antônio Hamilton de Abreu, para fazer parte da Mesa dos Trabalhos, uma vez que a convite da Câmara compareceu para dar maiores esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 035/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Concede ajuda de custo às ex-diretoras, que menciona, de escolas públicas estaduais municipalizadas, e dá outras providências". Com a palavra, o Dr. Antônio Hamilton disse que se sentia honrado em poder voltar à Câmara e que gostaria de discutir para

atender aos Vereadores. Com referência ao projeto, explicou que na época da aprovação da municipalização do ensino, ficou estabelecido na lei que as diretoras permaneceriam no cargo até o fim de seus mandatos, mas parece que o governo não cumpriu com as promessas feitas para aquelas diretoras, de continuar pagando-as até o fim do mandato. Disse que no início de janeiro de 1998 as diretoras foram exoneradas dos cargos e voltaram para o cargo de professora do Estado, mas na função de diretora e com o prejuízo de aproximadamente mil e quinhentos reais em seus salários. Explicou que o Município não podia contratá-las ou nomeá-las para o cargo de diretora, porque seria acumulação de cargos, o que era inconstitucional, e numa reunião com o prefeito, onde inclusive estava presente o Presidente da Câmara, concluíram pelo envio do projeto de lei concedendo aquela ajuda de custo às diretoras, no valor referente ao de um vencimento de diretora do Município, e mesmo daquela forma as diretoras teriam um prejuízo em torno de quinhentos reais. Disse que aquela ajuda de custo seria retroativa a janeiro de 1998 e deixou claro que desde janeiro, quando as diretoras foram exoneradas do cargo pelo Estado, continuaram trabalhando para o Município, como diretoras, e recebendo como professoras. Disse que se elas não tivessem permanecido, o Município teria de nomear outras diretoras e arcar com as despesas. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou ao assessor jurídico quanto ganhava uma diretora do Estado. Ele respondeu-lhe que era em torno de dois mil, cento e oitenta reais. O Vereador perguntou ainda se pelo projeto o Município faria uma complementação ou pagaria aquele total às diretoras. O Dr. Antônio Hamilton respondeu-lhe que seria o total. Informou que o salário do professor era

(3)

de setecentos reais, mas o Município não podia nomeá-las devido à proibição de acumulação de cargos. O Presidente lembrou aos Vereadores que se o Executivo do Estado tivesse cumprido a promessa de assumir o pessoal, o Município não precisaria substituir as diretoras quando aposentassem, mas aquilo não aconteceu e elas perderam um direito que alcançaram pelo voto da maioria dos pais de alunos e dos alunos, e não seria justo que deixassem o cargo para ser preenchido por alguém escolhido pelo Prefeito. Disse que mesmo com a aprovação daquele projeto, as diretoras teriam uma perda salarial. Pediu a colaboração de todos os Vereadores para aquele projeto, porque o Município quem estaria ganhando. O Dr. Antônio Hamilton explicou ainda que foram municipalizadas cinco escolas e o Município teria de arcar com as cinco ex-diretoras do Estado, mas duas delas foram aposentadas no cargo como diretoras. O Vereador Ernnio Mendes de Siqueira perguntou porque o Prefeito não tinha ido falar com o Governador para resolver aquela situação ou foi até lá. O assessor jurídico respondeu-lhe que pelo que sabia, o Prefeito foi até lá com aquele objetivo, mas não foi recebido. O Vereador Camilo Martins André disse que as diretoras recebiam com perda desde janeiro daquele ano, mas mesmo assim continuaram trabalhando com a mesma dedicação e eficiência, como a Diretora Maria Helena, da qual vinha acompanhando os trabalhos. Achava mais do que justa aquela complementação e pediu o apoio dos Vereadores para a aprovação do projeto. O Vereador Evandro Castanheira Kaerda disse que concordava com o presidente e o Vereador Camilo Martins André e achava mais do que justa aquela ajuda de custo. Disse que era indiscutível a competência das diretoras e parabenizou-as pelos seus trabalhos. O Vereador João Batista de Andrade disse que achava que

tanto o governador como o secretário de Educação não cumpriram com o que foi prometido. Quanto ao projeto, acha-va que a arte de educar, de ensinar, era a base da vida de todos, de qualquer ser humano. Disse que não só estava de acordo com o projeto como também era uma maneira muito inteligente a escolha da direção de uma escola pelo voto direto. Informou que pretendia fazer um projeto de lei para que aquele sistema de escolha também fosse realizado na rede municipal de ensino. Deixou claro o seu apoio ao projeto e pediu que o mesmo fizes-sem os Vereadores. O Vereador Edson Alves de Abreu mani-festou também o seu apoio ao projeto e pediu a colabora-ção dos Vereadores. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que achava importante a presença da comunidade para acompanhar os trabalhos da Câmara, que sem-pre visava o bem da maioria. O Vereador Luis Carlos dos Santos disse a ajuda de custo era um direito das diretoras e se a situação chegou àquele ponto não foi por culpa delas mas da incompetência do governo. Manifes-tou o seu apoio ao projeto e disse que o momento para a Câmara agir com bom senso, dignidade e respeito que elas mereciam. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que reconhecia o importante trabalho das direto-ras e que elas não podiam pagar pelos erros de pes-soas que não souberam reconhecê-lo. Também disse que apoiava o projeto. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse votaria a favor do projeto, não para atender aos pedidos dos Vereadores, mas as diretoras, que sem-pre o atenderam bem. O Presidente cumprimentou o Vereador Ennio Mendes de Siqueira pela sua decisão e disse-lhe que era um vereador sempre dedicado na apre-ciação dos projetos e tinha certeza que as questões por ele

levantadas não foram com a intenção de prejudicar, mas para trazer informações maiores para a Casa. O Vereador Dr. Marco Eustáquio Pedrosa disse que conhecia as diretoras e os seus trabalhos, achando-as merecedoras daquele reparo de prejuízo que tiveram por culpa de uma administração falha. Disse que votaria tranquilo no projeto. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que foi muito importante a Câmara ter discutido largamente aquela matéria, que traduzia despesa para o Município, enquanto era responsabilidade da Câmara diminuí-la ao máximo possível, mas achava que ninguém podia trabalhar com prejuízo e sabiam com que capacidade, honestidade e competência que as diretoras exerciam as suas funções, merecedoras de respeito e de boa remuneração. Disse que muito embora a culpa não fosse da Câmara, como participantes dos interesses do Município, eram os Vereadores responsáveis também pela defesa dos interesses e direitos daquelas pessoas que trabalharam com responsabilidade e dignidade. Entendia que aquela maneira de corrigir aquele prejuízo daquelas diretoras foi mal aceita e mal feita pelos Executivo Estadual e Municipal e que deveria ter sido feito em cláusulas o que estabelecia e quais as responsabilidades. Disse que a Câmara devia dar condições de trabalho para aquelas pessoas que trabalharam pela educação da comunidade. Disse que também era a favor da matéria. Depois, o Presidente disse que o projeto estava sob o pedido de vista do Vereador Edson Costa da Silva, que ainda não havia chegado para a reunião porque estava representando a Câmara numa reunião do Conselho Municipal de Saúde. Explicou que colocaria em votação (primeira) o projeto. O Sr. Antônio Hamilton pediu novamente a palavra e disse que realmente ninguém podia trabalhar com

preguiço e pediu o apoio dos Vereadores para resolver aquela situação dos diretores. Disse que sempre estaria à disposição da Câmara. O Vereador Edson Costa da Silva havia chegado naquele momento e o Presidente informou para ele que o projeto foi posto em discussão e que seria votado. Explicou ao Vereador que os diretores recebiam do Estado dois mil, cento e oitenta reais e com aquela ajuda de custo que seria paga pelo Município equivaleria mais do que recebiam como professora do quadro efetivo do Estado e não chegaria àquele valor pago para o cargo de diretora. Disse que o governo não cumpriu com o que tratou com o Município e com as diretoras, quando da municipalização das escolas. Ressaltou que os Vereadores manifestaram o seu apoio ao projeto. O Vereador Edson Costa da Silva disse que conversou com as diretoras sobre aquele projeto e se o Presidente permitisse, também votaria. O Presidente permitiu que o Vereador votasse e solicitou ao Secretário que fizesse a chamada dos Vereadores a primeira votação secreta do projeto. Para a apuração dos votos, o Presidente convidou os Vereadores Sebastião Carlos Torres e Emmio Mendes de Siqueira, e o Vereador Evandro Castanheira Loverde para acompanhar a apuração. Dezessete Vereadores votaram e o projeto foi aprovado à unanimidade. Uma das diretoras, com a permissão do Presidente e dos Vereadores, usou da palavra para agradecer aquele apoio da Câmara ao projeto. Ao ser pronunciamentos dos Vereadores, na IV Parte dos Trabalhos, o Vereador Nilson Teodoro de Carvalho falou da sua preocupação com a dívida do Município e os Vereadores estavam omissos, de braços cruzados e não tomavam medida alguma. Disse que estavam apenas sugerindo ao Prefeito que demitisse os funcionários que ocupavam os car-

nos comissionados, e não fazendo com que ele os demitisse. Disse que o povo esperava por alguma atitude. Falou que os Vereadores tinham de ajudar o prefeito a tomar aquela medida e não fazer críticas para destruir a administração. Sabia na vergonheza a situação e que havia chegado ao limite. Ressaltou que iria cobrar alguma medida e que deviam trabalhar em conjunto. O Vereador João Batista de Rezende participou aos Vereadores que no dia seguinte, às quatorze horas, seria realizado um encontro dos produtores de leite da região Sul de Minas, com a presença do Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, e no fim do mês participariam de uma audiência com o Presidente da República, quando seria reivindicada uma política agrícola, que atendesse aos interesses dos produtores de leite. O Vereador Cassimiro da Silva, em seu pronunciamento, disse que no início daquela administração foi o líder do prefeito na Câmara e começou a desenvolver um trabalho e mostrando para ele o quanto estava errado naquele início de governo, porque ele tinha compromisso com vinte e cinco mil pessoas responsáveis pela sua eleição e não com pseudo-políticos e pseudo-amigos que o cercavam e estavam tirando vantagem ou benefício da administração, que não era a administração do João Batista, mas do Município de Lavras. Disse que conscientizou o prefeito no seu quinto ou sexto mês de administração e depois ele o procurou e disse-lhe que se naquela hora tivesse tomado atitudes, a sua administração não teria se desgastado. Disse que sempre que o prefeito o procurava era para questioná-lo, para que o ajudasse em alguma coisa e nunca de cacaria de fazer, porque não seria para o prefeito, mas para o povo de Lavras. Voltou a dizer que não tinha compromisso com o prefeito, mas com a Câmara, com o Poder Legislativo, e sempre que o prefeito solicitasse a sua presença estaria à disposição para com

tribuir para a melhora dos destinos da administração e do povo de Lavras. Depois, comunicou que na próxima sexta-feira, às 16:00 horas seria realizada uma reunião para discutir sobre as linhas de ônibus de transporte coletivo urbano, entre o assessor jurídico, Dr. Antônio Hamilton de Abreu e os Vereadores. O Vereador Edson Costa da Silva disse que na reunião do Conselho Municipal de Saúde, onde esteve antes da reunião da Câmara, foram discutidas várias questões relativas à saúde pública de Lavras. Disse que compareceu um promotor que estava sob a sua jurisdição o SUS e houve uma discussão muito grande acerca do plano e do orçamento do Fundo Municipal de Saúde. Quanto ao sistema de marcação de consultas por telefone, disse que ninguém do Conselho acreditava naquela pesquisa que dizia que o sistema contava com 75% de aprovação. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que esteve com o Sr. Augustinho, da MDA, e ele disse-lhe que aquela informação do jornal não foi a que deu. Continuando, o Vereador Edson Costa da Silva disse que foi criada dentro do Conselho Municipal de Saúde uma comissão para ver qual a possibilidade de mudar aquele sistema de marcação de consulta, o que poderia ser resolvido com o aumento da oferta de funcionais, porque a procura era grande. Depois, disse que em 1998 a Câmara teve uma atuação muito boa nos seus fundamentos, que eram legislar, fiscalizar e representar a comunidade, cobrando o que era de interesse do povo. Disse que cobraram demais do prefeito e receberam em troca um desrespeito muito grande pela casa, tanto era que a prefeitura entrou na justiça contra uma decisão da Câmara, alegando motivos falsos, colocando que os funcionários dos cargos comissionados eram de responsabilidade do prefeito e

ele nomeava quem bem entendesse. Disse que o prefeito não deu atenção àquilo que a Câmara representou o desejo do povo, mas atendeu a alguns pedidos pessoais, no intuito de não perder a sua tentativa de continuar tendo sua força dentro da Câmara. Disse que deviam pensar daqui lo dali para frente e tinham de marcar e manter a independência da Câmara, porque se não estariam numa situação difícil. Disse que, assim como foi colocado pelo Vereador Nilson Teodoro de Carvalho, a sua preocupação com as finanças do Município, via que era pré-falimentar e sabiam que o prefeito não conseguiria pagar o décimo-terceiro do funcionalismo; estava com uma dificuldade enorme para atingir os 25% para a educação; estava com dificuldades para lidar com a saúde pública e o Hospital do Coração estava querendo processar o chefe de controle e avaliação porque gastou mais do que era referente aos hospitais. Ressaltou que jamais pediu alguma coisa ao prefeito e que votava na Câmara o que fosse de interesse do povo. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, ao seu tempo, disse que, reportando ao que disse o Vereador Cassimiro da Silva, também aceitou ser o líder do prefeito na Câmara, mesmo ficando um pouco prejudicado, porque confiava no prefeito e sabia que ele era uma pessoa honesta e tinha competência para reverter aquele quadro de dívidas. Ressaltou que não tinha compromisso com o prefeito, mesmo porque foi candidato por outro partido, mas confiava que ele daria a volta por cima. O Vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que há poucos dias o Vereador Edson Costa da Silva pediu que a Câmara não votasse projetos do Prefeito, a não ser os de utilidade pública, enquanto ele mantivesse os cargos comissionados. Disse que aqueles que ocupavam os altos cargos não seriam demitidos, enquanto a população estava preocupada com a situação. O Vereador

Cassimiro da Silva disse que conversou com o prefeito e educou para ele a necessidade de se adequar a administração à nova realidade. Disse que não via um técnico especializado na área de administração pública entre os assessores do prefeito. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que o maior problema era que vinham cobrando atitudes do prefeito mas sem qualquer resposta, e que diziam certo enquanto a dívida do Município era ainda menor. Alertou que a dívida só estava aumentando. O Presidente lembrou que a Câmara ou os Vereadores vinham alertando o prefeito desde o início de sua administração e se até então não foi tomada qualquer providência, era por causa do descaso dele com a Câmara. Disse que a Câmara estava sendo ridicularizada e se dependesse dele, o prefeito não seria mais convidado para participar de reunião da Câmara. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira, em seu pronunciamento, disse que achou um pouco indelicada a atitude do Vereador Cassimiro da Silva com relação à pavimentação da rua Delfino de Souza. Disse que havia apresentado dez requerimentos para que o Executivo mandasse asfaltar aquela rua, que realmente precisava daquela melhoria, além de morarem lá familiares seus e amigos. Disse que soube por pessoas de lá que o Vereador Cassimiro da Silva e o Secretário Agenor estavam entrando de casa em casa falando para os moradores que o serviço estava sendo feito em atendimento ao pedido do Vereador. Achava que era uma atitude infeliz do prefeito, se aquilo tivesse acontecido mesmo. O Vereador Cassimiro da Silva pediu a palavra e disse que o Vereador o conhecia bem, pela amizade que tinham. Explicou que reconhecia que estava educando apenas o nome dele no requerimento publicado pelo Jornal. Disse que a sua

Ferreira teve a idéia de montar uma usina de asfalto para atender à região, devido ao baixo custo da produção e à carência no mercado. Ele começou então a acompanhar os trabalhos na usina e ficou muito próximo do que estava sendo planejado e dentro do que estavam vendo saiu o asfaltamento das ruas Delfino de Souza, Paulo Costa Pereira, Alvim de Menezes, Conte. Soares Júnior e depois os bairros. Disse que falaram em fazer testes para ver o tipo de traço. Depois, percebeu que o vice-prefeito Marcos Rossato estava com uns cartãozinhos para mandar para o pessoal da rua e, para tirar aquele mérito dele, publicou a matéria. Disse que podia ter errado colocando apenas o nome dele na matéria, mas não passou por cima da Câmara. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que chegou até ele uma denúncia que informava que no início dos trabalhos de terraplenagem da área em que seria implantada a SULMAQ, fizeram uma concorrência onde participou a construtora Marco XX e que pediu trezentos e vinte mil reais e, a princípio, estaria dado para ela o serviço, mas como o diretor da SULMAQ estava interessado também e como tinha um representante em Laurus, técnico na área, já prestando assessoria à SULMAQ, achou alto o valor pedido e pediu o serviço para a outra firma concorrente, que o aceitou por oitenta mil reais. Disse que pela Câmara quisesse apurar o que disse, a pessoa que passou para ele aquela informação poderia comparecer à casa. Depois, disse que seria bom se trabalhassem num mesmo sentido: fiscalizar o Executivo e ao mesmo tempo buscar melhorar as condições de vida do povo de Laurus. Disse que o momento não era de angariar votos, mas fazer valer a prerrogativa de Vereador. O Vereador Ernio Mendes de Siqueira disse que enquanto a Câmara discutia, alguns funcionários da

buraco e ninguém alertava sobre aquilo, o que era um absurdo. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que já se cansou de usar a tribuna para falar sobre aquilo, - mas não adiantava porque a Câmara não estava sendo valorizada. Disse que o Prefeito falava e mudava as opiniões na Câmara, que não estava na sua totalidade trabalhando da maneira como se deveria. Perguntou até quando continuaria aquela situação. Pediu ao Presidente que realizasse uma reunião secreta para que tratassem daquele assunto. O Presidente disse que para a reunião se os Vereadores quisessem, mas ressaltou que precisavam ser unânimes na posição que fosse tomada. O Vereador Luis Carlos dos Santos pediu apoio e disse que seria a favor da posição que a Câmara tomasse, independente do seu relacionamento com o Prefeito, porque estava do lado do povo. O Vereador Ernio Mendes de Siqueira sugeriu que o pedido do Vereador Sebastião Carlos Torres fosse apreciado por votação nominal. O Presidente disse que a reunião deveria ser feita e alguns pontos seriam colocados pelos Vereadores para que se chegasse a uma decisão. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que alguns motivos que apresentaria seriam: o descumprimento de leis, a depredação de patrimônio público (mercado municipal); descumprimento do código de obras e do código de uso e ocupação do solo; favoritismo, etc. O Vereador Luis Carlos dos Santos informou ao Presidente que a sua esposa estava com cirurgia marcada em Belo Horizonte e ele a acompanharia, mas estava de acordo com a posição que a Câmara tomasse. O Presidente disse que estavam esquecendo do dinheiro que o Prefeito gastou para tapar buracos na Estrada do Madeira e na rua Delfino de Souza, que precisava ser asfaltada, mas a época não foi bem escolhida. Disse que o

dinheiro podia ter sido aproveitado nos bairros Retomgui, Alterosa, Bandeirantes, que contavam já com toda infra estrutura. Achava as obras tinham de ser programadas para que o dinheiro do Município fosse bem aproveitado. O Vereador Paulo Antônio Ferreira disse que foi promessa do prefeito e do vice-prefeito que asfaltariam primeiro onde havia poeira e barro e a rua Delfino de Souza era prioridade. O Presidente respondeu-lhe que não era o momento certo para o serviço por causa da época das chuvas. Depois, disse que o prefeito pagou vinte mil reais pela revisão do Código Tributário por uma firma de fora e ele enviou ofício pedindo ao prefeito que não fizesse o pagamento, porque havia uma comissão composta pela Câmara e representantes dos segmentos da comunidade, estudando as alterações da lei e o trabalho estava ficando de muito bom. Ao final, o Vereador Casimiro da Silva disse que renunciaria do seu mandato se alguém da rua Delfino de Souza dissesse e comprovasse que ele entrou em sua casa. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados pelas autoridades competentes: (a) do Vereador Evandro Castor Ferreira Lacerda: pedindo operação tapa-buraco na Av. Comte. Nélio, no Bairro Jardim Floresta; pedindo providências quanto à recepção dos sinais de TV na cidade (subscrito pelos Vereadores Vicente Jaime, Jair Costa e Paulo Antônio Cerqueira); pedindo operação tapa buraco em todas as ruas do Bairro Monte Carlo; enviando cumprimentos à administração dos Cemitérios Paroquial; pedindo solução para um problema do proprietário de um terreno cortado pela canalização do córrego da Santa Casa; (b) do Vereador Casimiro da Silva: pedindo a pavimentação asfáltica da rua Antônio Evangelista de Souza, próximo ao Cemitério da Saudade (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); (c) do Vereador Luis Carlos dos Santos: pedindo a pintura de faixas para pedestres em frente ao

Hospital de Caraçaí (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); reiterando pedido para a construção da rede de esgoto na rua projetada, no Bairro Jardim Floresta; pedindo capina no Posto M. Saúde Santa Efigênia; pedindo a pavimentação asfáltica da Trav. Antônio Pereira, no Bairro Costa Pinto; enviando cumprimentos à Kaweli pela conquista do certificado "Padrões de atendimento Fiat" (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); (d) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: reiterando manifestação sobre a administração atual do Município; (e) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira: pedindo operação tapa-buraco na rua Santos Pimenel, próximo ao nº 120, no Bairro Jardim Glória; pedindo operação tapa-buraco na rua Azarias Faria, entre os bairros Jardim Fabrima e Jardim Glória; pedindo a limpeza de um terreno baldio na rua João Matielli; pedindo a pavimentação da rua Paulo Costa Pereira (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a construção da rede de esgoto na rua Paulo Modesto, entre os bairros Vale do Sol e Vila Rica (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a construção da rede de esgoto na rua projetada, no B. Jardim Floresta; (f) do Vereador Paulo Antônio Cerqueira: pedindo fiscalização de floristas de outras cidades que vêm comercializar seus produtos na cidade no Dia de Finados; pedindo a instalação de um telefone público comunitário na Ponte Alta, próximo ao sítio Santa Helena; pedindo a construção de um redutor de velocidade próximo ao Mau Mau Lanches, na rua João Modesto; pedindo providências quanto aos mesmos caimentes de ruas na cidade; pedindo a construção da rede para captação de águas pluviais na rua projetada, no Bairro Jardim América; pedindo a pavimentação asfáltica da rua Geraldo Melo; pedindo

reinação no Posto M. Saúde Paulo Menicucci; pedindo providências quanto ao encaminhamento dos resultados dos exames realizados no Posto M. Saúde Silvio Menicucci; enviando cumprimentos aos proprietários da padaria Pão & Cia. (subscrito pelos Vereadores Luis Carlos dos Santos, Hélio Mateus da Silva, Camilo Martins André, Jair Costa e Evandro Castanheira Macedo); (g) do Vereador Ennio Mendes de Siqueira: manifestando quanto à paralisação das obras do mercado municipal (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); informando que governo divulgou uma campanha contra o câncer de mama, mas em Lavras o resultado foi lastimável, pois as pacientes não conseguem autorização para fazer mamografia, e se quiserem têm de pagar; lamentando que a partir desta última semana o Hospital do Coração não está mais fazendo hemodiálise pelo SUS; lamentando pela péssima assistência à saúde pública municipal; pedindo informação sobre o valor que o Município arrecadou em multas de trânsito, desde a vigência da recente lei até aquela data; pedindo a dedetização do pátio do Zebrão (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); lamentando que há muitos meses foi feita uma ligação de esgoto na rua Santa Terezinha e a reposição do asfalto foi feita, mas o serviço foi de péssima qualidade; solicitando a realização de um leilão dos veículos e das motos apreendidos que estavam no pátio do Zebrão, em Lavras (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); enviando agradecimentos à Rede Bandeirantes pela atenção em citar sempre o nome de Lavras em suas transmissões (subscrito Paulo Antônio Cerqueira e Nilson Teodoro de Carvalho); pedindo uma solução para o problema a respeito das transmissões em Lavras dos sinais da TV Bandeirantes, bem como da TV Minas (subscritos pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); (h) do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa: enviando cumprimentos ao proprietário da padaria Pão e Saúde (subs-

crito pelos Vereadores Evandro Castanheira Lacerda, Hélio Mateus da Silva, Paulo Antônio Pereira, Ennio Mendes de Siqueira, Luis Carlos dos Santos, Cassimiro da Silva e Eduardo Luiz Naranjo); (i) do Vereador Camilo Martins André: pedindo urgência para a realização de serviço de tapa-buracos na rua Agripino Augusto de Andrade e na Av. José Santana; (j) do Vereador Edson Alves de Abreu: enviando cumprimentos ao Comte. Guimarães, da Polícia Rodoviária de Lavras (subscrito por todos os Vereadores); (k) do Vereador Paulo Antônio Pereira: pedindo a colocação de caçamba para a coleta de lixo na estrada do Madeira ou uma fiscalização para coibir a deposição de lixo ao longo daquela via; (m) do Vereador João Batista de Rezende: pedindo a recuperação da estrada da Serrinha, aproveitando a época e o maquinário novo da Prefeitura. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Ennio

Edson A. Abreu